

REGULAMENTO DE GESTÃO

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
(Objecto de Subscrição Particular)

" FUNDIPAR"

29 de Dezembro de 2010

A autorização do FUNDO significa que a CMVM considera a sua constituição conforme com a legislação aplicável, mas não envolve da sua parte qualquer garantia ou responsabilidade quanto à suficiência, veracidade, objectividade ou actualidade da informação prestada pela entidade gestora neste regulamento de gestão, nem qualquer juízo sobre a qualidade dos valores que integram o património do FUNDO.

PARTE I

REGULAMENTO DE GESTÃO

CAPÍTULO I

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O FUNDO, A ENTIDADE GESTORA E OUTRAS ENTIDADES

1. O FUNDO

- a) O FUNDO denomina-se FUNDIPAR – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado e passa a designar-se, neste Regulamento de Gestão, abreviadamente apenas por FUNDO.
- b) O FUNDO constitui-se como Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, de distribuição parcial de acordo com a legislação aplicável.
- c) O FUNDO foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, adiante designada abreviadamente por CMVM, em 16 de Setembro de 2005, tendo a duração inicial de 10 anos, contados a partir da data da sua constituição, prorrogável por períodos subsequentes de 10 anos desde que deliberada em Assembleia de participantes e aprovada pela CMVM.
- d) O capital a investir na aquisição de valores imobiliários e mobiliários é de Euros 6.000.000 (seis milhões de euros) e encontra-se dividido em 6.000 Unidades de Participação com o valor inicial de subscrição de 1.000 Euros (mil euros) cada.
- e) A Sociedade Gestora poderá propor de forma fundamentada a realização de novos aumentos de capital do FUNDO verificada que esteja a integral subscrição do respectivo capital e após deliberação favorável da Assembleia de Participantes solicitar a correspondente autorização da CMVM.
- f) O aumento de capital referido no ponto anterior está sujeito a deliberação favorável da assembleia de participantes, adoptada nos termos do ponto 1 do Capítulo VII.
- g) Em caso de deliberação de aumento de capital do FUNDO, os participantes terão direito de preferência na subscrição de novas Unidades de Participação emitidas em razão do aumento de capital, na proporção das Unidades de Participação de que sejam titulares à data da deliberação de autorização do aumento de capital pela CMVM.
- h) Em caso de aumento de capital, o cumprimento da percentagem do valor líquido global do FUNDO a ser obrigatoriamente aplicada em valores imobiliários ficará diferido, em relação à percentagem do valor líquido global do FUNDO resultante do aumento de capital, para o início do segundo exercício posterior ao de subscrição integral das Unidades de Participação emitidas em razão do aumento de capital.
- i) Data da última actualização deste Regulamento de Gestão: 29 de Dezembro de 2010.
- j) Número de participantes do FUNDO em 31 de Dezembro de 2009: 1.
- k) Data de Início de Actividade : 17 de Outubro de 2005.

2. A Entidade Gestora

- a) O FUNDO é administrado pela INTERFUNDOS – Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., com sede na Rua Áurea n.º 130, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º único de matrícula e identificação fiscal 507 552 881.
- b) A Sociedade Gestora é uma Sociedade Anónima, cujo capital social, inteiramente realizado, é de 1.500.000 Euros.
- c) A Entidade Gestora constituiu-se em 28 de Setembro de 2006, iniciou a actividade em 01 de Outubro de 2007 nos termos do registo, como intermediário financeiro, na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, adiante designada abreviadamente, por CMVM.
- d) Os Órgãos Sociais da Sociedade Gestora são compostos pelos seguintes membros:

Mesa de Assembleia Geral

Presidente: Dra. Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral

Secretário: Dra. Maria Manuela Nunes Rodrigues dos Anjos

Conselho de Administração

Presidente: Dr. António Manuel Palma Ramalho

Vogal: Dr. Pedro Magalhães Botelho de Sousa

Vogal: Dr. José Maria de Oliveira da Cunha

Fiscal Único

Efectivo: KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A

Suplente: AB – António Bernardo, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Unipessoal Lda

- e) As principais funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração fora da sociedade são as seguintes:

Dr. António Manuel Palma Ramalho

Presidente do Conselho de Administração na Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

Vogal do Conselho de Administração do Banco Comercial Português, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp

Membro do Board of Directors do Fundo PVCI - Portugal Venture Capital Initiative, em representação da Millennium bcp Participações, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.

Dr. Pedro Magalhães Botelho de Sousa

Não exerce outras funções

Dr. José Maria de Oliveira da Cunha

Administrador da Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

Administrador da Millennium Sicav

Administrador da BII Investimentos International, S.A.

- f) Relações de Grupo com outras Entidades: O Banco Comercial Português, S.A detém 100% do capital da entidade gestora.
- g) Para além do FUNDO aqui Regulamentado, a Entidade Gestora gere ainda fundos constantes no Mapa A anexo no final deste Regulamento de Gestão.
- h) São obrigações e funções da Entidade Gestora, além de outras que lhe sejam cometidas pela lei, as seguintes:
- i) Seleccionar os valores que devem constituir o FUNDO, de acordo com a sua política de investimentos prevista neste Regulamento;
 - ii) Celebrar os negócios jurídicos e realizar todas as operações necessárias à execução da política de investimentos prevista neste Regulamento de Gestão e exercer os direitos directa ou indirectamente relacionados com os valores do FUNDO;
 - iii) Efectuar operações adequadas à execução da política de distribuição dos resultados prevista neste regulamento;
 - iv) Emitir, em ligação com o Depositário, as unidades de participação e autorizar o seu reembolso;
 - v) Determinar o valor patrimonial das unidades de participação;
 - vi) Manter em ordem a escrita do FUNDO;
 - vii) Dar cumprimento aos deveres de informação estabelecidos na lei e neste regulamento;
 - viii) Controlar e supervisionar as actividades inerentes à gestão dos activos do FUNDO, nomeadamente o desenvolvimento dos projectos objecto de promoção mobiliária nas suas respectivas fases.

3. O Depositário

- a) O Depositário dos valores mobiliários do FUNDO é o Banco Comercial Português, S.A., com sede na Praça D. João I, no Porto, e encontra-se registado, desde Julho de 1991, na CMVM como intermediário financeiro.
- b) São obrigações e funções do Depositário, além de outras previstas na lei ou neste Regulamento de Gestão, as seguintes:
- i) Assumir uma função de vigilância e garantir perante os participantes o cumprimento da lei e deste regulamento de gestão, especialmente no que se refere à política de investimentos e ao cálculo do valor patrimonial da unidade de participação;
 - ii) Pagar aos participantes a sua quota-parte dos resultados do fundo de investimento;
 - iii) Receber em depósito e inscrever em registo os valores mobiliários do FUNDO;
 - iv) Assegurar o reembolso aos participantes da respectiva quota parte, nos termos previstos neste regulamento de gestão e de acordo com as condições legalmente previstas.
- c) Compete ainda ao Depositário o registo das unidades de participação representativas do fundo de investimento não integradas em sistema centralizado.
- d) O Banco Depositário e a Entidade Gestora respondem solidariamente perante os Participantes pelo cumprimento das obrigações contraídas nos termos da lei e deste Regulamento de Gestão.

4. Entidades Comercializadoras

As subscrições serão feitas nas instalações do Banco Depositário.

5. Os Peritos Avaliadores

- a) As aquisições de bens imóveis para o FUNDO e as respectivas alienações devem ser precedidas dos pareceres de, pelo menos, dois peritos independentes.
- b) Os imóveis devem ser avaliados, nos termos do parágrafo anterior, com uma periodicidade mínima bienal, previamente a aumentos ou reduções de capital do FUNDO, e sempre que ocorram circunstâncias susceptíveis de induzir alterações significativas no valor do imóvel.
- c) Está ainda sujeita à avaliação dos peritos a execução de projectos de construção, de forma a assegurar que o investimento não ultrapasse o valor venal dos imóveis a construir.
- d) Identificação dos peritos avaliadores do FUNDO:
 - CPU Consultores de Avaliação, Lda.
 - BENEGE – Serviços de Engenharia e Avaliações, Lda.
 - DTZI – Consultoria e Avaliação de Imóveis, Lda.
 - Eng^a Julieta Maria de Macedo Aguiar
 - Eng.º Manuel Machado Espregueira
 - Eng.º João Manuel Dias dos Santos
 - Eng.º Carlos Manuel Marques Sereno
 - Luso Roux, S.A.
 - Cushman & Wakefield - Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda.
 - Água Branca – Projectos de Engenharia, Unipessoal, Lda.
 - Eng. Paulo António Basto Silva Pimenta
 - Eng. Carlos Alberto Alvim de Castro
 - J.Curvelo, Lda
 - Pragmatur Promoção Imobiliária e Turismo, Lda

6. As Entidades Subcontratadas

Não existem entidades subcontratadas.

7. Revisor Oficial de Contas do Fundo

Sociedade KPMG & Associados - SROC, S.A representada pelo Dr. Victor Ribeirinho, com sede em: Edifício Monumental, Av. Praia da Vitoria, 71-A 11º, 1069-006 Lisboa.

CAPÍTULO II

POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PATRIMÓNIO FUNDO E POLÍTICA DE RENDIMENTOS

1. Política de Investimento do FUNDO

1.1. Política de Investimentos

- a) O FUNDO é administrado por conta dos Participantes tendo em vista a valorização das participações e dos rendimentos a distribuir, e tem como objectivo a aplicação das poupanças recebidas dos participantes no investimento efectuado no mercado imobiliário e demais activos passíveis de integrar a respectiva carteira em conformidade com o regime jurídico dos fundos de investimento imobiliário e com as disposições do presente Regulamento de Gestão procurando, através da sua política de investimentos, criar condições de rentabilidade, segurança e liquidez.
- b) Para a realização deste objectivo, o FUNDO dirigirá preferencialmente o seu investimento para o desenvolvimento de projectos de urbanização ou construção de imóveis destinados nomeadamente a logística, turismo, comércio, habitação e serviços para posterior venda, arrendamento ou destinados a outras formas de exploração onerosa.
- c) O FUNDO poderá investir em imóveis urbanos ou suas fracções autónomas, para valorização, arrendamento ou destinados a outras formas de exploração onerosa, consoante as condições de mercado.
- d) O FUNDO poderá ainda investir em prédios rústicos ou mistos sem exceder 75% do seu activo, não desenvolvendo investimento florestal, antes destinados a constituir uma clara aposta no desenvolvimento e alargamento de zonas urbanas. O investimento neste tipo de activos não estará condicionado a limites de exposição nem concentração geográfica.
- e) O FUNDO poderá ainda investir em participações em sociedades imobiliárias e nos demais activos permitidos pela legislação em vigor aplicável.
- f) Acessoriamente, o FUNDO poderá investir a sua liquidez em numerário, depósitos bancários, certificados de depósito, unidades de participação de fundos de tesouraria e valores mobiliários emitidos ou garantidos por um Estado-Membro da Comunidade Europeia com prazo de vencimento residual inferior a 12 meses.
- g) O FUNDO pode ainda deter unidades de participação de outros fundos de investimento imobiliário até ao limite de 25% do activo total do FUNDO.

1.2. (Parâmetros de Referência do Mercado Imobiliário)

Na Gestão do Fundo não é adoptado nenhum parâmetro de referência.

1.3. Limites Legais ao Investimento

- a) De Investimento - O valor dos imóveis e de outros activos equiparáveis não pode representar menos de 75% do activo total do FUNDO.
- b) De endividamento – O FUNDO poderá contrair dívida como forma de financiamento do seu activo, sempre que o retorno esperado das operações se mostre vantajoso para os participantes. O nível de endividamento não estará sujeito a qualquer limite.

2. Derivados, Reportes e Empréstimos

- a) A Sociedade Gestora só pode utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco cambial e de taxa de juro.
- b) Só são admissíveis os instrumentos financeiros derivados transaccionados em mercados regulamentados.

3. Valorização dos activos

3.1. Momento de referência da valorização

- a) O valor da Unidade de Participação é calculado mensalmente e determina-se pela divisão do valor líquido global do FUNDO pelo número de Unidades de Participação em circulação. O valor líquido global do FUNDO é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das Unidades de Participação será calculado reportado às dezoito horas do último dia útil do mês respectivo, pela Sociedade Gestora, utilizando para o efeito a última cotação conhecida e divulgada a essa hora.

3.2. Regras de Valorimetria

- a) Os imóveis acabados devem ser valorizados no intervalo compreendido entre o respectivo valor de aquisição e a média simples do valor atribuído pelos respectivos peritos avaliadores nas avaliações efectuadas.
- b) Os imóveis adquiridos em regime de compropriedade são inscritos no activo do Fundo na proporção da parte por este adquirida, respeitando a regra constante do número anterior.
- c) Os imóveis adquiridos em regime de permuta devem ser avaliados no activo do Fundo pelo seu valor de mercado, devendo a responsabilidade decorrente da contrapartida respectiva, inscrita no passivo do Fundo, ser registada ao preço de custo ou de construção.
- d) Os projectos de construção devem periodicamente ser reavaliados no activo do fundo pela entidade gestora na proporção do grau de acabamento dos mesmos, tendo em consideração os investimentos e os trabalhos que forem sendo realizados.
- e) A contribuição dos imóveis adquiridos nos termos da alínea c) para efeitos do cumprimento dos limites previstos na lei, deve ser aferida pela diferença entre o valor inscrito no activo e aquele que figura no passivo.
- f) As unidades de participação de fundos de investimento são avaliadas ao último valor divulgado ao mercado pela Entidade Gestora, excepto no caso de unidades de participação admitidas à negociação em mercado regulamentado às quais se aplica o disposto em g).
- g) Os restantes valores mobiliários são avaliados ao preço de fecho do mercado mais representativo e com maior liquidez onde os valores se encontrem admitidos à negociação, ou na sua falta, de acordo com o disposto nos artigos 3º e 5º do Regulamento da CMVM nº 01/2006, com as devidas adaptações.
- h) Os activos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal, com excepção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas, caso em que se utilizarão os câmbios obtidos ao meio-dia de Lisboa, através da consulta dos sistemas de informação internacionalmente reconhecidos

4. Comissões e encargos a suportar pelo FUNDO

4.1 Comissão de gestão

- a) Sem prejuízo de outros direitos que lhe sejam atribuídos pela lei ou por este regulamento, a Sociedade Gestora tem direito a cobrar mensal e postecipadamente uma Comissão de Gestão calculada sobre o valor líquido global do FUNDO antes de comissões, apurado com referência ao último dia útil de cada mês a suportar pelo FUNDO e destinada a cobrir todas as despesas de gestão. Entende-se por valor líquido global do FUNDO antes de comissões, o total das aplicações, mais os juros e rendas a receber, mais outros activos e menos os empréstimos, os juros a pagar, as provisões para encargos, a retenção de imposto sobre rendimentos prediais e outros passivos. O cálculo desta comissão iniciar-se-á e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte a partir da data de início de actividade conforme a seguinte tabela de aplicação parcelar (As taxas indicadas correspondem as Taxas anuais ou Anuidades. Os débitos da comissão de gestão serão efectuados numa base mensal – correspondentes a duodécimos daquela base anual - com um valor mínimo de 4.000 €/mês, aplicando-se ainda, taxas marginais para as parcelas referidas):

Taxa Anual %	NAV / VLGF
-	Min. 4.000 €/ Mês
0,4	NAV = 10.000.000
0,25	10.000.000 < NAV = 20.000.000
0,2	20.000.000 < NAV = 30.000.000
0,15	30.000.000 < NAV = 40.000.000
0,1	40.000.000 < NAV = 50.000.000
0,05	NAV > 50.000.000

4.2 Comissão de depósito

Sem prejuízo de outros direitos que lhe sejam atribuídos pela lei ou por este Regulamento, o Depositário tem direito a cobrar do FUNDO pelos seus serviços, uma comissão de 0.1% ao ano, a qual será debitada numa base mensal (duodécimos) e postecipadamente, com um mínimo de 1.000 € por mês, calculada sobre o valor líquido global do FUNDO, antes comissões, apurado com referência ao último dia útil de cada mês.

O cálculo desta comissão iniciar-se-á e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte a partir da data de início de actividade

4.3 Outros encargos

Para além dos encargos de gestão e de depósito, o FUNDO suportará ainda todas as despesas decorrentes da compra e venda de valores, bem como as despesas e outros encargos documentados que tenham de ser feitos no cumprimento das obrigações legais. Serão ainda suportados pelo FUNDO os seguintes encargos :

- i. Despesas relativas às compras e vendas de imóveis por conta do FUNDO, incluindo as comissões de mediação e respectivas avaliações patrimoniais obrigatórias;
- ii. Despesas relativas ao arrendamento de imóveis por conta do FUNDO, incluindo as respectivas comissões de mediação, uma vez concretizado o negócio;
- iii. Custos e encargos decorrentes da elaboração de projectos, fiscalização de obras, licenças e outros custos inerentes à construção, promoção e desenvolvimento de projectos de construção e/ou reabilitação de imóveis que integrem ou venham a integrar o património do FUNDO.
- iv. Encargos de manutenção e conservação ou da realização de benfeitorias em imóveis e equipamentos pertencentes ao FUNDO;
- v. Os impostos ou taxas devidos pelos bens do FUNDO;
- vi. Todos os encargos com actos notariais ou registrais inerentes aos bens que integram o património do FUNDO;
- vii. Custos com publicações obrigatórias;
- viii. Custos de auditorias e revisões de contas relativas ao FUNDO;
- ix. Custas judiciais bem como honorários e avenças de advogados e solicitadores referentes a assuntos de interesse do FUNDO;
- x. Despesas de condomínio, incluindo a vigilância, seguros e outras despesas a que os imóveis estejam obrigados;
- xi. Despesas provenientes da colocação e manutenção de contadores de água, electricidade ou gás, televisão por cabo e telefones;
- xii. Custos com publicidade inerentes à promoção de bens do FUNDO;
- xiii. Despesas decorrentes das avaliações periódicas obrigatórias;
- xiv. Taxas de saneamento relativas a imóveis que façam parte do património do FUNDO;
- xv. Comissões bancárias e de corretagem, taxas de bolsa e de operações fora de bolsa, bem como outros encargos relativos à compra e venda de valores mobiliários que integrem ou venham a integrar o património do FUNDO;
- xvi. Impostos e taxas que sejam devidos pela transacção e detenção de valores mobiliários e imobiliários integrantes do património do FUNDO;
- xvii. Taxa de Supervisão da CMVM;
- xviii. Outros custos directamente conexos com o património do FUNDO.

5. Regras de determinação dos resultados do Fundo e sua afectação

Os resultados do FUNDO serão determinados de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Contas para os Fundos de Investimento Imobiliário e regulamentação complementar emitida pela CMVM.

6. Política de rendimentos

- a) O FUNDO assume a natureza de fundo de capitalização de rendimentos.
- b) Poderá existir uma distribuição extraordinária de parte dos proveitos líquidos correntes deduzidos dos encargos gerais de gestão e acrescidos ou diminuídos, consoante os casos, dos saldos da conta de regularização de rendimentos respeitantes a exercícios anteriores e dos resultados transitados, sem prejuízo das necessidades de liquidez inerentes à actividade do Fundo, e uma vez salvaguardada a tesouraria, a solvabilidade e a solidez financeira do mesmo, de acordo com a política de distribuição definida pela Assembleia de Participantes e pela Sociedade Gestora.
- c) A Sociedade Gestora submete à Assembleia de Participantes, que deliberará por maioria qualificada de 2/3 dos votos correspondentes às unidades de participação, uma proposta de distribuição de rendimentos do Fundo, desde que fiquem devidamente salvaguardadas a tesouraria, a solvabilidade e a solidez financeira do mesmo.
- d) Será publicado um aviso através de divulgação no sistema de difusão de informações da CMVM, informando que a Sociedade Gestora irá proceder à distribuição de rendimentos e qual o valor a distribuir por Unidade de Participação.

7. Comité Consultivo

- a) O FUNDO tem um Comité de Consultivo, com carácter meramente consultivo, composto por representantes eleitos em assembleia de participantes e por igual número de elementos designados pela Sociedade Gestora.

- b) Competirá à Sociedade Gestora, por sua iniciativa a convocação do Comité de Consultivo, mediante o envio de carta registada com aviso de recepção a cada um dos membros do Comité Consultivo com a antecedência mínima de 8 dias relativamente à data da respectiva realização.
 - c) O Comité Consultivo emitirá o parecer assente num mínimo de dois terços dos seus membros.
 - d) Competirá ao Comité Consultivo inter alia:
 - i. Acompanhar as actividades da Sociedade Gestora, nomeadamente a tomada de decisões quanto a investimentos e desinvestimentos relevantes do FUNDO e tomada de decisões quanto a financiamentos;
 - ii. Apreciar as informações que a Sociedade Gestora presta sobre o andamento dos processos de promoção e construção imobiliária;
 - iii. Dar parecer, em matéria de investimentos, sempre que tal lhe for solicitado pela Sociedade Gestora.
-

CAPÍTULO III

UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO E CONDIÇÕES DE SUBSCRIÇÃO E RESGATE

1. Características gerais das unidades de participação

1.1. Definição

Os fundos de investimento são divididos em partes de conteúdo idêntico e sem valor nominal designadas por unidades de participação.

1.2. Forma de representação

- a) As unidades de participação não têm valor nominal.
- b) As unidades de participação são meramente escriturais, podendo, porém, a Entidade Gestora, em qualquer momento, optar pela sua representação em certificados nominativos ou ao portador, de acordo com o disposto no Código dos Valores Mobiliários.

2. Valor da unidade de participação

2.1. Valor inicial

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do FUNDO foi de 1.000 Euros.

2.2. Valor para efeitos de subscrição

Dado tratar-se de um fundo de investimento imobiliário fechado, só podem ser realizadas subscrições em aumentos de capital. O valor de subscrição das Unidades de Participação resultantes do aumento de capital será feito pelo valor patrimonial conhecido e divulgado no dia de liquidação do pedido de subscrição.

Está prevista a "liquidação em espécie" dos actos de subscrição, desde que o correspondente valor de incorporação dos imóveis a serem integrados no património do FUNDO seja inferior ao valor apurado por avaliações previamente realizadas.

3. Condições de subscrição

3.1. Mínimo de subscrição

O número mínimo de unidades de participação a subscrever é o correspondente ao montante de Cinquenta mil Euros (50.000 euros).

3.2. Comissões de subscrição

Não será cobrada comissão de subscrição.

3.3. Boletim de subscrição

Após a verificação da capacidade de subscrição pela Sociedade Gestora, a qualidade de Participante é confirmada pelo Depositário mediante a aceitação, de um boletim de subscrição o qual deve conter os seguintes elementos:

- i. Identificação do subscritor;
- ii. Indicação do montante da subscrição e do número de unidades subscritas;
- iii. Declaração de aceitação das disposições deste Regulamento.

3.4. Condições de subscrição

No acto de constituição do FUNDO, o período de subscrição será concretizado numa fase sub-rogada aos seguintes termos:

- i. Decorre entre o primeiro e o trigésimo dia subsequentes à notificação de autorização por parte da CMVM. A liquidação financeira para todos os participantes deverá ocorrer no trigésimo primeiro dia após a referida notificação. O montante de subscrição é de 6.000.000 (seis milhões de euros), sendo o valor das Unidades de Participação para efeitos de subscrição de 1.000 € (mil euros) por Unidade de Participação.
- ii. Nos aumentos de capital, o valor das Unidades de Participação emitidas será determinado pelo valor patrimonial conhecido e divulgado no dia de liquidação do pedido de subscrição. No caso de subscrição incompleta no final dos períodos de oferta, o FUNDO ficará reduzido ao número de Unidades de Participação e ao montante efectivamente subscrito.
- iii. No caso da subscrição exceder o número de Unidades de Participação e o montante inicialmente previsto para a constituição do FUNDO ou aumentos de capital, deverá ser efectuado o rateio entre os participantes das Unidades de Participação a subscrever ou do montante excedentários.

- iv. Verificada a integral subscrição do capital do Fundo, e sempre que a defesa dos interesses dos participantes o justifique, poderá a Sociedade Gestora propor, mediante deliberação da Assembleia de Participantes, o aumento ou redução do capital, respectivos montantes e prazos de realização, bem como o valor de subscrição das novas Unidades de Participação, tendo em atenção o seu valor patrimonial.
- v. As subscrições só podem ser realizadas em caso de aumentos de capital, pelo que a subscrição assumir-se-á como efectiva quando a importância correspondente ao preço de emissão for integrado no activo do FUNDO, ou seja, no dia útil seguinte ao da data do termo do período de aumento de capital, data em que o respectivo valor é por um lado debitado ao participante que adquire Unidades de Participação e, por outro, incorporado no valor global do FUNDO.

4. Condições de reembolso

4.1. Comissões de reembolso

Não será cobrada comissão de reembolso.

4.2. Pré-aviso

Se na Assembleia de Participantes for deliberada a prorrogação do prazo de duração do FUNDO, o reembolso aos subscritores que a tenham votado desfavoravelmente será efectuado 5 dias úteis a contar da data de apresentação do respectivo pedido sendo a liquidação financeira no dia útil seguinte.

Caso se torne necessário a venda de valores imobiliários para se proceder ao reembolso, este só terá lugar 5 dias úteis após a concretização da venda, não podendo, no entanto exceder um ano após a data do pedido.

CAPÍTULO IV

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES E ASSEMBLEIA DE PARTICIPANTES

1. Direitos e Obrigações dos Participantes

- a) Sem prejuízo de outros direitos que lhes sejam conferidos pela lei ou por este regulamento, os participantes têm os seguintes direitos:
- i. Direito à quota-parte dos valores que integram o FUNDO, de acordo com o número de unidades de participação de que sejam titulares;
 - ii. Ao reembolso das unidades de participação, correspondente à quota-parte do valor líquido global do FUNDO, em caso de liquidação;
 - iii. Desde que solicitada, à informação pormenorizada sobre o património do FUNDO, nos termos da lei, através do relatório da sua actividade, anualmente distribuído sem quaisquer encargos;
 - iv. A pronunciarem-se em Assembleia de Participantes, sempre que para isso forem convocados;
 - v. Direito ao reembolso das unidades de participação, os participantes que, por escrito, tenham manifestado estar contra a prorrogação da duração do fundo.
 - vi. Serem ressarcidos pela Sociedade Gestora dos prejuízos sofridos sempre que, em consequência de erros imputáveis àquela ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor da unidade de participação, a diferença entre o valor que deveria ter sido apurado de acordo com as normas aplicáveis e o valor efectivamente utilizado nas subscrições e resgates seja igual ou superior, em valor absoluto, a 0,5% do valor da unidade de participação, sem prejuízo do exercício do direito de indemnização que lhe seja reconhecido, nos termos gerais de direito;
 - vii. Receber os montantes devidos nos termos dos pontos anteriores num período não superior a 30 dias após a detecção do erro, sendo tal procedimento individualmente comunicado aos mesmos dentro de idêntico prazo;
 - viii. Obter o Regulamento de Gestão junto da Sociedade Gestora ou do Banco Depositário.
- b) A subscrição de unidades de participação implica a aceitação do regulamento de gestão e confere à entidade gestora os poderes necessários para realizar os actos de administração do fundo.

2. Titularidade do Fundo e Autonomia dos Participantes

O Fundo pertence à pluralidade dos titulares de unidades de participação. O património do Fundo é autónomo, e, como tal, não responde pelas dívidas dos participantes ou da Sociedade Gestora.

3. Assembleia de Participantes

- a) Têm o direito de participar na Assembleia de Participantes todos os detentores de unidades de participação do Fundo, cabendo a cada participante tantos votos como quantas as unidades que possuir.
- b) Compete à Sociedade Gestora a convocação da Assembleia de Participantes por carta registada com aviso de recepção, com o mínimo de trinta dias de antecedência, sem prejuízo da aplicação do disposto no número 1 do art.º 54º do Código das Sociedades Comerciais.
- c) A Assembleia de Participantes poderá deliberar desde que estejam presentes ou representados participantes que detenham pelo menos dois terços das unidades de participação do Fundo. As deliberações serão tomadas quando aprovadas por maioria absoluta de votos representados na Assembleia, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do Capítulo VII.
- d) Compete à Assembleia de Participantes, sem prejuízo das competências da Sociedade Gestora, pronunciar-se e deliberar sobre as seguintes matérias:
- i. O aumento das comissões que constituem encargo do Fundo;
 - ii. A modificação substancial da política de investimentos do Fundo;
 - iii. A modificação da política de distribuição dos resultados do Fundo;
 - iv. O aumento e redução do capital do Fundo;
 - v. A prorrogação do prazo de duração do Fundo;
 - vi. A substituição da Sociedade Gestora;
 - vii. Liquidações em espécie;
 - viii. A liquidação do Fundo, nos termos previstos no presente Regulamento de Gestão.

CAPÍTULO V

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1. Valor da unidade de participação

- a) A Sociedade Gestora procede à divulgação do valor mensal das unidades de participação no sistema de difusão de informação da CMVM e nas suas instalações, a quem o solicitar.
- b) O valor da unidade de participação é calculado e divulgado mensalmente com referência ao último dia de cada mês.

2. Consulta da carteira do FUNDO

A Entidade Gestora divulgará mensalmente, no Sistema de Difusão de Informação da CMVM, a discriminação dos valores que integram o FUNDO, bem como o respectivo valor líquido global e o número de unidades de participação em circulação, de harmonia com as normas emitidas pela CMVM.

3. Documentação do FUNDO

- a) Toda a documentação relativa ao FUNDO poderá ser solicitada junto da Sociedade Gestora, bem como aos balcões do Banco Depositário.
 - b) A Sociedade Gestora publicará um aviso no Sistema de Difusão de Informação da CMVM, informando que se encontram à disposição dos Participantes o Relatório Anual do FUNDO, o qual poderá ser enviado sem quaisquer encargos.
-

CAPÍTULO VI

Contas do FUNDO

O FUNDO encerrará as suas contas no dia 31 de Dezembro de cada ano, sendo o respectivo Relatório Anual publicado nos três meses seguintes a essa data;

CAPÍTULO VII

CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO E DE AUMENTO OU REDUÇÃO DO CAPITAL DO FUNDO

1. Liquidação do FUNDO

- a) Quando os participantes do FUNDO assim o exigirem por deliberação em assembleia, aprovada por maioria de 75% dos votos correspondentes à totalidade das participações, deverá a Sociedade Gestora proceder à liquidação e partilha do FUNDO, procedendo de imediato à comunicação do facto à CMVM e à respectiva publicação, nos termos legalmente estabelecidos, indicando o prazo previsto para o termo do processo de liquidação.
- b) O reembolso das unidades de participação deve ocorrer no máximo de um ano a contar da data de início da liquidação do FUNDO.
- c) Poderá proceder-se à liquidação em espécie mediante autorização da totalidade dos participantes.

2. Aumentos e Reduções de Capital

Sob proposta fundamentada da Sociedade Gestora e na defesa dos interesses dos participantes, poderão ser realizados aumentos e reduções de capital, nos seguintes termos e sem prejuízo das condições legalmente previstas: Mediante deliberação da Assembleia de Participantes, que deverá fixar consoante o tipo de operação:

- a) Aumentos de Capital:
 - i. o montante do aumento de capital;
 - ii. os períodos de subscrição das Unidades de Participação emitidas em razão do aumento de capital;
 - iii. as condições de participação no aumento de capital e a eventual existência de direito de preferência dos Participantes na subscrição das Unidades de Participação a emitir.
 - b) Reduções de Capital:
 - i. o montante da redução de capital;
 - ii. as condições e o prazo de realização da redução do capital se efectuará tendo em conta a situação e a liquidez patrimonial do Fundo.
 - c) Em caso de aumento de capital do fundo o limite de imóveis e de outros activos equiparáveis deve ser respeitado no prazo de 1 ano a contar da data do aumento de capital, relativamente ao montante do aumento.
 - d) É permitida a "liquidação em espécie" nos actos de aumento, redução e liquidação do fundo desde que a mesma tenha sido autorizada por todos os participantes.
-

CAPÍTULO VIII

REGIME FISCAL

1. Tributação na esfera do FUNDO

1.1. Rendimentos prediais: os rendimentos prediais são tributados autonomamente, à taxa de 20%, que incide sobre os rendimentos líquidos de encargos de conservação e manutenção efectivamente suportados e devidamente documentados.

1.2. Mais-valias prediais: as mais-valias prediais são tributadas autonomamente, à taxa de 25%, que incide sobre 50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias realizadas, apuradas de acordo com o Código do IRS.

1.3. Outros rendimentos:

1.3.1 Rendimentos obtidos em território português que não sejam qualificados como mais-valias: Os rendimentos obtidos em território português, que não sejam considerados mais-valias são tributados autonomamente:

- i. por retenção na fonte como se de pessoas singulares residentes em território português se tratasse. Por força desta regra, os juros das obrigações, dos depósitos bancários e os dividendos são tributados por retenção à taxa de 21,5%;
- ii. às taxas de retenção na fonte e sobre o montante a ela sujeito, se tratasse, quando tal retenção na fonte, sendo devida, não for efectuada pela entidade a quem compete;
- iii. à taxa de 25% sobre o respectivo valor líquido obtido em cada ano, no caso de rendimentos não sujeitos a retenção na fonte.

1.3.2 Rendimentos obtidos fora do território português que não sejam qualificados como mais-valias: Os rendimentos obtidos fora do território português provenientes de títulos de dívida e de fundos de investimento e os lucros distribuídos são tributados autonomamente à taxa de 20%.

Outros rendimentos obtidos fora do território português são tributados autonomamente à taxa de 25% sobre o respectivo valor líquido em cada ano.

1.3.3 Rendimentos obtidos em território português ou fora dele, qualificados como mais-valias: O saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias é tributado autonomamente à taxa de 10%. O saldo positivo respeitante a alienações onerosas de partes sociais e outros valores mobiliários referentes a micro e pequenas empresas não cotadas no mercado regulamentado ou não regulamentado da bolsa é tributado em apenas 50% do seu valor.

1.4. IMI e IMT: Os fundos de investimento imobiliário mistos ou fechados de subscrição particular encontram-se sujeitos às taxas gerais de IMI e de IMT em vigor.

2. Tributação na esfera dos participantes

2.1. Imposto Sobre os Rendimentos

2.1.1 Participantes residentes em território português

Os rendimentos respeitantes a unidades de participação obtidos por sujeitos passivos de IRS fora do âmbito de uma actividade comercial, industrial ou agrícola estão isentos de IRS, podendo, no entanto, ser englobados.

Os rendimentos respeitantes a unidades de participação obtidos por sujeitos passivos de IRC ou por sujeitos passivos de IRS no âmbito de uma actividade comercial, industrial ou agrícola não estão sujeitos a retenção na fonte, sendo considerados como proveitos ou ganhos para efeitos do apuramento do rendimento ou lucro tributável.

Os participantes que obrigatoriamente ou por opção englobem os rendimentos:

- beneficiam de um crédito de imposto relativo ao imposto suportado pelo fundo (por retenção ou tributação autónoma);
- beneficiam de uma dedução de 50% dos lucros de sociedades residentes em Portugal auferidos pelo fundo.

As entidades isentas de IRC não obrigadas a apresentar declaração de rendimentos têm direito à restituição do imposto pago pelo ou retido ao fundo.

2.1.2 Participantes não residentes em território português

Os rendimentos respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRS e de IRC.

2.3. Transmissão a título oneroso

As mais-valias na alienação de unidades de participação estão sujeitas a IRS. Nos termos gerais, o imposto incide sobre o saldo positivo anual entre as mais-valias e as menos-valias obtidas na alienação a título oneroso de valores mobiliários e apuradas noutros instrumentos financeiros. No apuramento daquele saldo não relevam, no caso de residentes, as perdas apuradas quando a contraparte da operação estiver sujeita no país, território ou região de domicílio a um regime fiscal claramente mais favorável, constante da lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro. A taxa aplicável é 20%. Esta taxa é liberatória salvo opção pelo englobamento no caso de residentes.

As mais-valias obtidas por pessoas colectivas residentes em Portugal para efeitos de IRC ou não residentes com estabelecimento estável situado em território português ao qual os rendimentos sejam imputáveis concorrem para a formação do lucro tributável e estão sujeitas a IRC à taxa de 12,5% para matéria colectável até € 12.500 e a 25% para o remanescente. Pode ainda acrescer derrama municipal, que pode atingir 1,5% do lucro tributável, e derrama estadual, aplicável à taxa de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a € 2.000.000.

As mais-valias obtidas por não residentes estão sujeita a IRC à taxa de 25%.

Os não residentes (desde que não residentes em países, territórios e regiões previstos na Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro) beneficiam de uma isenção de IRS ou IRC relativamente às mais-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais, outros valores mobiliários, warrants autónomos emitidos por entidades residentes em território português e negociados em mercados regulamentados de bolsa e instrumentos financeiros derivados celebrados em mercados regulamentados de bolsa. A isenção não é aplicável no caso de pessoas colectivas não residentes detidas, directa ou indirectamente, em mais de 25% por residentes. A Lei do Orçamento do Estado prevê uma limitação adicional à aplicabilidade da isenção, prevendo que, a partir de 1 de Janeiro de 2011, a mesma não será aplicável no caso de entidades que sejam domiciliadas em país, território ou região com o qual não esteja em vigor um acordo de dupla tributação ou um acordo sobre a troca de informações em matéria fiscal.

Nos termos dos acordos de dupla tributação celebrados por Portugal, o Estado Português está geralmente limitado na sua competência para tributar estes rendimentos, mas esse tratamento fiscal convencional deve ser aferido casuisticamente.

2.4. Transmissão a título gratuito

Não são sujeitas a Imposto do Selo as transmissões a título gratuito de unidades de participação em fundos de investimento.

As pessoas colectivas residentes em Portugal para efeitos de IRC ou não residentes com estabelecimento estável situado em território português ao qual os rendimentos sejam imputáveis não estão sujeitas a Imposto do Selo nas aquisições das unidades de participação a título gratuito. No entanto, as variações patrimoniais positivas daí decorrentes concorrem para a formação do lucro tributável e estão sujeitas a IRC à taxa de 12,5% para matéria colectável até € 12.500 e a 25% para o remanescente. Pode ainda acrescer derrama municipal, que pode atingir 1,5% do lucro tributável, e derrama estadual, aplicável à taxa de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a € 2.000.000.

A aquisição de unidades de participação em fundos de investimento a título gratuito por entidades não residentes está sujeita a IRC à taxa de 25%. Nos termos dos acordos de dupla tributação celebrados por Portugal, o Estado Português está geralmente limitado na sua competência para tributar estes rendimentos, mas esse tratamento fiscal convencional deve ser aferido casuisticamente.

Nota: A descrição do regime fiscal na esfera do FUNDO e dos seus participantes acima efectuada, não dispensa a consulta da legislação em vigor sobre a matéria nem constitui garantia de que tal informação se mantenha inalterada.

Anexo A

Fundos geridos pela Sociedade Gestora a 31 de Dezembro de 2009

Denominação	Tipo	Politica de Investimento	VLGF em EUR (milhares)	Nº Participantes
Funsita - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			4.642	2
Imofarma - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			60.196	2
Imonor - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			8.057	2
Iberia Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			7.821	1
Eminvest - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado			26.753	5
Imolux - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado			22.827	1
Imocott - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			8.520	1
Imoport - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			5.354	1
BF Invest - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			21.744	4
I-Marope - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			8.964	5
Fundipar - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			9.318	1
Fimobes - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			5.132	5
Prediloc Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			19.114	2
Homeinvest - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			9.672	1
Oceânico - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			5.150	3
Olimo - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			55.028	8
Oporto Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			7.359	4
Imoal - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			12.682	1
Fundial - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			9.310	2
Villafundo - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			7.682	6
Mastercapital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			6.032	3
Imofer - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			6.111	1
Imoproperty - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			5.210	2
Fimmo - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			16.937	1
Inogi Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			24.336	1
Patrimonio - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			7.823	4
Imocais - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			5.204	1
Oceânico II - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			5.144	2
Intercapital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			6.621	1
Oceânico III - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			6.882	4
Lapa Properties - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			9.553	3
Stone Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			3.529	2
Sand Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			3.539	2
SC Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			7.576	3
Renda Predial - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado			196.727	2
Imorenda - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado			263.814	1
Imotur - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			23.497	4
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosotto Acumulação			216.021	1
Gestão Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			18.769	1
DP Invest - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			9.954	3
Norfundo - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			5.034	6
Prime Properties - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			5.024	3
Imovalue - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			5.220	4
Neudelinvest - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			11.202	1
Multiosos Oriente - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado			4.075	2
R Invest - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			5.262	1
Domus Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado			6.531	4
Iberian Forest Fund - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Florestal Fechado			5.087	2
Total de Fundos	48		1.206.040	-

Fechado de
Subscrição Particular

O Fundo dirigirá preferencialmente o seu investimento para o desenvolvimento de projectos de construção de imóveis destinados a logística, comércio, habitação e serviços para posterior venda ou arrendamento.

O Fundo dirigirá preferencialmente o seu investimento para investimentos em prédios urbanos, rústicos ou mistos predominantemente afectos à exploração florestal.